



A empresa abaixo torna público que recebeu do IAT, a Licença Ambiental Simplificada LAS nº 5868, para o empreendimento a seguir especificado: EMPRESA: Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. ATIVIDADE: Instalação das Estações Elevatórias de Esgotos Cicamp 1 e Cicamp 2 e Linha de Recalque. ENDEREÇO: Av. Riciéri Nivanor Bernard, S/N. MUNICÍPIO: Campina Grande do Sul. VALIDADE: 03/09/2024.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2024
OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de seguro para veículos automotores, pertencentes à Frota Municipal, por um período de 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$45.043,72 - **ABERTURA:** às 13h15min do dia 09/05/2024, no site <http://bilcompras.org.br/> - **EDITAL:** www.santoantoniodaplatina.atende.net - **INFORMAÇÕES:** FONES/ MAIL: (43) 3534-8700 - licitacao@santoantoniodaplatina.pr.gov.br. Santo Antônio da Platina/PR, 22 de abril de 2024 - Thaynara C. S. Bachio Rosendo - Pregoeira.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

O Sr. Edson Marcio Thomaz, Diretor Presidente da sociedade **AUGUSTO THOMAZ S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, convida os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Geral Ordinária a serem realizadas no dia 30 de Abril de 2024, às 14:30 horas, na Rua Coronel Gracia, nº410, Irati, Paraná, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas relativas ao exercício financeiro findo em 31/12/2023; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2023.

Edson Marcio Thomaz

Diretor Presidente



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, convoco os associados do SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE CURITIBA E SUDESTE DO PARANÁ - SINDIVEST, quites com suas obrigações sociais, para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada na Sede do Sindicato, situado na Av. Candido de Abreu nº 776, Salas 1501/1502, Centro Cívico, Curitiba - Paraná e on-line através do Google Meet, no dia 25 de abril de 2024, às 17:00hs, em primeira convocação e, não havendo número legal, às 18:00hs em segunda convocação com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) - Apresentação e Apreciação das Contas do exercício de 2023.

Curitiba, 22 de abril de 2024
Ardisson Naim Akel
Presidente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI
Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO 20/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E DISPONIBILIZAÇÃO DE UMA PLATAFORMA WEB PARA A VISUALIZAÇÃO, BUSCA E GERENCIAMENTO DOS DOCUMENTOS DIGITALIZADOS.

FICA SUSPENS A ABERTURA DA PRESENTE LICITAÇÃO, tendo em vista a ocorrência de divergências entre Edital e Portal de Compras.

Maiores informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Mandaguari (provisoriamente localizada na FAFIMAN), no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, entre às 7h e 30min às 11h e 30 min e das 13h às 17h. Fone: (44) 3233-8422.

Mandaguari (PR), 22 de abril 2024.
ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APª FURTADO
Prefeita Municipal

3350.6620

TRANSPORTADORA SULISTA S.A.
CNPJ nº 76.104.397/0001-23 - NIRE 41300004196
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convidados os Senhores Acionistas da **Transportadora Sulista S.A.** a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se às 14 horas do dia 30 de abril de 2024, excepcionalmente na sede administrativa da Companhia, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Padre Dehon, nº 185, Hauer, CEP: 81.630-090. A Assembleia será instalada em primeira ou segunda convocação, desde que estejam presentes Acionistas que representem, no mínimo, 51% do Capital Social, nos termos do §3º do Art. 7º do Estatuto Social, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria da Companhia. Piraquara/PR, 22 de abril de 2024. **Alfredo Meister Neto** - Diretor Presidente.

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE MATINHOS - ESTADO DO PARANÁ
OFICIAL: ALCESTE RIBAS DE MACEDO FILHO
Rua Léa Viale Cury, nº 232, Centro - Fone: (41) 3453-1001 - CEP 83.260-000

Ofício nº 38/2024 - NAF
Matinhos, 18 de Abril de 2024.

EDUARDO LUCAS VIANA - CPF 092.639.569-60

Intimação ao devedor - Por Edital (Art. 26, § 4º, da Lei 9.514 de 20/11/1997)
Prezado(a) Senhor(a),

1. Na qualidade de Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Matinhos/PR, segundo as atribuições conferidas pelo Art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pelo credor **Caixa Econômica Federal**, conforme contrato por instrumento particular de venda e compra de imóvel, mútuo e alienação fiduciária em garantia no SFH - sistema financeiro da habitação, nº 1.4444.1773838-5, datado de 18/03/2022, registrado sob nº 03 e 04 (R.3 e R.4), as margens da matrícula nº 55.460 desta Serventia, Unidade nº 01 (um), do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SERRA DOS PINHAIS, situado neste Município e Comarca de Matinhos-PR, situado neste Município e Comarca de Matinhos-PR, **FAZ SABER** a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que **EDUARDO LUCAS VIANA** é devedor dos encargos vencidos e não pagos.

2. Informamos que, o valor destes encargos posicionados em até 18/04/2024 corresponde a **R\$ 5.680,02** sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até o efetivo pagamento, somando-se também, o(s) encargos(s) que vencer (em) no prazo deste Edital.

3. E como a mesma está em lugar incerto e não sabido, não sendo possível intimá-la pessoalmente, intimo-os pelo presente a comparecer na agência detentora do financiamento, dentro do prazo definido nesta intimação, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da terceira e última publicação deste Edital.

4. Na oportunidade, fica V. Sª., ciente de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel, em favor do credor fiduciário **Caixa Econômica Federal**, nos termos do art. 26 parágrafo 7º da Lei 9.514/97.

ALCESTE RIBAS DE MACEDO FILHO
Assinado de forma digital por ALCESTE RIBAS DE MACEDO FILHO
FILHO:01716573904
Dados: 2024.04.18 16:48:50 -0300
Alceste Ribas de Macedo Filho - Oficial

SIRAMA - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.
CNPJ N.º 76.710.318/0001-28
ASSEMBLEIA DOS SÓCIOS

EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO

Tendo em vista a não instalação, em primeira convocação, da Assembleia de Sócios, agendada para 22 de abril de 2024, são convocados os senhores sócios a se reunirem em Assembleia dos Sócios, a se realizar no dia 30 de abril de 2024, às 14 (quatorze) horas, na sede social, situada na Rodovia Curitiba - Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023;

b) Destinação do resultado do exercício findo e de lucros acumulados;

c) Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração global dos órgãos da administração.

d) Formalização das transferências de quotas da Sirama efetivadas pelos sócios identificados a seguir:

(i) 541.434 (quinhentas e quarenta e um mil, quatrocentas e trinta e quatro) quotas de titularidade do Espólio de Ruth Gomes Slaviero partilhadas aos seus herdeiros Lillian Slaviero Abrão, Cláudio Gomes Slaviero, Ruth Maria Gomes Slaviero e Rubens Slaviero Filho;

(ii) 2.215.989 (dois milhões, duzentas e quinze mil, oitocentas e noventa e oito) quotas de titularidade de Tania Dallegre Goes para a sociedade Trópicos Holding e Participações Ltda., transferidas por conferência para integralização de capital;

(iii) 8.460.014 (oito milhões, quatrocentas e sessenta mil e quatorze) quotas de titularidade de Zigarid Participações Societárias Ltda. para R.R. Slaviero Participações e Administração de Bens Ltda., transferidas em virtude de operação societária de incorporação;

(iv) 10.688.183 (dez milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, cento e oitenta e três) quotas de titularidade de Edy Gomes Cassemiro para Emílio Batista Gomes, Eduardo de Araújo Gomes, Edson de Araújo Gomes, Eliane de Araújo Gomes Obladen e Eleonora de Araújo Gomes, transferidas por doação;

(v) 4.312.422 (quatro milhões, trezentas e quarenta e duas mil, quatrocentas e vinte e duas) quotas de titularidade de Emílio Batista Gomes para Guilherme Araújo Gomes, Gabriela Araújo Gomes e Thais Araújo Gomes, transferidas por doação;

(vi) 1.622.636 (um milhão, seiscentas e vinte e duas mil, seiscentas e trinta e seis) quotas de titularidade de Maria Elizabeth Araújo Slaviero para MESA Participações Societárias Ltda., transferidas por conferência para integralização de capital; e

(vii) 1.852.580 (um milhão, oitocentas e cinquenta e duas mil, quinhentas e oitenta) quotas sociais de titularidade de Maria Cecília de Araújo Gomes para Eduardo de Araújo Gomes, Edson de Araújo Gomes, Eliane de Araújo Gomes Obladen e Eleonora de Araújo Gomes, transferidas por doação.

e) Aprovação da minuta da 67ª Alteração Contratual da Sirama contemplando as transferências de quotas tratadas no item antecedente e, adicionalmente, a revogação da disposição transitória prevista na Cláusula Trigésima Segunda do Contrato Social em razão da perda do seu objeto, além de outras modificações de ordem cadastral, se necessárias.

Curitiba, 23 de abril de 2024.
Conselho de Administração

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Concorrência. Edital nº 90001/2024.
Forma: Eletrônico. **Local:** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>. **Data da Licitação:** Dia 10 de maio de 2024, às 09:00 (nove) horas. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para execução de Rede de Esgoto no Bairro Cristo Rei, Loteamentos Menino Deus e Vista Alegre. **Valor máximo estimado:** R\$ 745.861,57 (setecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos). **Gênero:** Obras Públicas. O Edital e a Pasta Técnica encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 - Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00hrs, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. **Informações pelo telefone:** (46) 3242-8614.

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL
CNPJ/MF N.º: 75.805.895/0001-30
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, no uso de suas atribuições estatutárias convoca os acionistas desta concessionária, para reunirem-se em **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**, a realizar-se no dia 29 de abril de 2024, em primeira convocação às 16:00 horas e, em Segunda convocação às 16:30 horas, em sua sede à Rua Rui Barbosa, n.º. 520, nesta cidade de Campo Largo, estado do Paraná, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1) **EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

a) Apreciação do Relatório da Diretoria, Demonstrações Contábeis, Parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício de 2023.

b) Outros Assuntos de interesse da Companhia.

2) **EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

a) Apreciação e votação da proposta do Conselho de Administração e da Diretoria para aumento do Capital Social, e consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social.

b) Outros Assuntos de Interesse da Companhia.
Campo Largo, 19 de abril de 2024.

IVO CEZARIO GOBBATO DE CARVALHO
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

TOTAL LINHAS AÉREAS S/A
CNPJ n. 32.068.363/0001-55
NIRE nº 41300013667

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS PARA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL

São convidados/convocados todos os acionistas da sociedade empresária TOTAL LINHAS AÉREAS S/A, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ n. 32.068.363/0001-55., com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE nº 41300013667, com sede e foro na Rua Padre Dehon, nº 185, Hauer, Curitiba/PR, CEP 81.630-090, a fim de participarem da assembleia geral extraordinária **semipresencial** a ser realizada no dia 2 de maio de 2024 às 10:00 na sede da companhia, situada Rua Padre Dehon, nº 185, Hauer, Curitiba/PR, CEP 81.630-090 (sala de reuniões) e simultaneamente no link da reunião **plataforma Teams**

https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_YzVmtVtQWYtZmM1Ny00NTQ5LWFjZmEtZWEwZjM3NzQ5NjZl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22e3a613a5-3883-4240-a22d-00748ff48ab0%22%2c%22Oid%22%3a%22fdca803-8809-43fc-9520-f29ab05700ee%22%7d

em 01ª convocação com a presença da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto, e em 02ª convocação às 10:30h no mesmo local com número de presentes, a fim de serem deliberados e votados os seguintes assuntos de interesse dos senhores acionistas e da própria companhia:

Ordem do dia:

a) Deliberar e votar sobre a nomeação de diretores para as vagas remanescentes e respectivas atribuições;

b) Deliberar e votar a mudança da sede da companhia para outra unidade federativa;

c) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Obs.: A Assembleia acontecerá de forma semipresencial, conforme autorizado pela Lei 14.030/2020 que alterou a Lei 6.404/76 e a Instrução Normativa (IN) nº 81/2020, do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI).

Curitiba, 18 de abril de 2024.

TOTAL LINHAS AÉREAS S/A
Alfredo Meister Neto
Ademir Knop

NATOSAFE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A.
CNPJ/MF nº 17.908.486/0001-63**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A NATOSAFE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A. é uma empresa genuinamente brasileira, fundada em 2013, dedicada no desenvolvimento, fabricação e fornecimento de soluções de identificação biométrica para crianças de 0 a 5 anos. Únicos com a solução capaz de coletar impressões digitais com qualidade desde as primeiras horas de vida de um bebê. A sede da companhia está localizada no município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463 – Conj. 1001 Andar 10 Cond Cd. Ed. Centro Empresa, e a unidade industrial no município de Pato Branco, Estado do Paraná, localizada no Laboratório Industrial do Parque Tecnológico de Pato Branco, na rua Lídio Oltramari, nº 1628.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO	De 2023	De 2022
Caixa e equivalentes de caixa	108.235,77	111.411,83
Estoques	320.122,45	279.384,74
Impostos a recuperar	120.612,42	152.750,06
Importação em andamento	121.414,41	76.093,20
Adiantamentos a fornecedores	3.568,05	52.319,20
Outras contas a receber	4.552,21	4.552,21
TOTAL DO CIRCULANTE	673.953,10	676.911,24
Impostos diferidos - IRPJ e CSLL	1.806.535,67	1.478.444,88
Imobilizado	36.204,18	56.371,35
Intangível	8.264.967,98	7.633.291,08
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	10.107.707,83	9.168.107,31
TOTAL DO ATIVO	10.781.660,93	9.844.618,55
PASSIVO		
Fornecedores	94.729,51	98.901,16
Salários e encargos sociais	30.349,45	30.349,45
Obrigações tributárias	1.696,52	708,68
Adiantamentos de clientes	1.645,93	1.645,93
TOTAL DO CIRCULANTE	98.071,96	129.959,29
Empréstimos	6.275.338,64	4.669.526,81
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.275.338,64	4.669.526,81
TOTAL DO PASSIVO	6.373.410,60	4.799.486,10
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	725.980,00	725.980,00
Reserva de ágio	3.654.804,00	3.654.804,00
Reserva de lucros a distribuir	3.558.616,00	3.558.616,00
Prejuízos acumulados	(3.531.149,67)	(2.894.267,55)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.408.250,33	5.045.132,45
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.781.660,93	9.844.618,55

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em reais)

	Capital Social	Reserva de ágio	Reserva de lucros a distribuir	Prejuízos acumulados	Total
EM 1º DE JANEIRO DE 2022	725.980,00	3.654.804,00	3.558.616,00	(1.962.878,97)	5.976.521,03
Prejuízo líquido do exercício				(931.388,58)	(931.388,58)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	725.980,00	3.654.804,00	3.558.616,00	(2.894.267,55)	5.045.132,45
Prejuízo líquido do exercício				(636.882,12)	(636.882,12)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	725.980,00	3.654.804,00	3.558.616,00	(3.531.149,67)	4.408.250,33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A NATOSAFE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A possui como atividades operacionais a fabricação de componentes eletrônicos, fabricação de equipamentos de informática, comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; a sede da companhia está localizada no município de Curitiba-PR.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), as quais levam em consideração as disposições contidas nos pronunciamentos, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para pequenas e médias empresas, bem como de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com as principais práticas contábeis descritas na Nota 3 a seguir. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da empresa em 22 de março de 2024.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

São as seguintes as práticas adotadas para elaboração destas demonstrações contábeis:

3.1 Apuração do resultado

As receitas e despesas são escrituradas pelo regime de competência.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 Contas a receber

Referem-se aos direitos a receber por conta da venda de produtos, reconhecidos pelo valor justo.

3.4 Imobilizado e intangível

Demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação/amortização acumulada calculada pelo método linear que levam em consideração a vida útil dos bens. A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.5 Impostos Federais

A empresa está no regime do lucro real estimativa mensal.

3.6 Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.7 Patrimônio líquido e dividendos

O Capital Social está representado por 725.980 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Curitiba, 12 de abril de 2024.

Julio Alvaro Amadeu Ismael Akiyama da Cruz
Contador responsável Diretor
CRC PR 017925/O-0 CPF/MF nº 794.622.199-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA - PARANÁ**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2024**

Objeto: Serviço de desratização, descupinização, desinsetização e limpeza de caixa d'água, do tipo menor preço unitário por item, através do sistema de registro de preços, com item exclusivo para MEI/ME/EPP local ou regional.

Data: 10 de maio de 2024 / Horário: 09h00min.

Plataforma ComprasNet

<http://www.comprasgovernamentais.gov.br> – UASG:987915

– N.º 90027

O edital poderá ser obtido na Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitações ou através do endereço eletrônico:

<https://telemacoborba.atende.net/#!/tipo/servico/valor/8/padrão/1/load/1>

Telêmaco Borba, 22 de abril de 2024.

Gleise Cristiane Kwas Lucio
Pregoeira

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**
ESTADO DO PARANÁ**EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2024**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2024 DATA DO CONTRATO: 16/04/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023 PROCESSO DIGITAL Nº 131927/2023 PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, CNPJ nº 78.134.012/0001-04, CONTRATANTE e SERVIX INFORMÁTICA LTDA., CNPJ nº 01.134.191/0001-47, CONTRATADA. OBJETO: O presente CONTRATO tem por objeto contratação de infraestrutura e segurança como serviço, contemplando sistemas de software e arquivos, com seus respectivos sistemas operacionais (hardware), softwares, licenciamento, planejamento, instalação, manutenção, monitoramento de soluções de segurança, gerenciamento de soluções de segurança, suporte e treinamento da solução (Datacenter), com vistas a uma melhor performance de trabalho e otimização dos recursos tecnológicos disponíveis aos servidores/visitantes da Câmara Municipal de Araucária. VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.760.000,00 (três milhões, setecentos e sessenta mil reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 01.001.01.031.0001.2002.3.3.90.40.99.01 - Outros Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica. Câmara Municipal de Araucária, 19 de abril de 2024. BEN HUR CUSTODIO DE OLIVEIRA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA.

PORTARIA Nº 95 /2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme a Resolução nº 50/2015 desta Casa de Leis e de acordo com o Processo Administrativo Digital nº 61595/2024. RESOLVE I - Designar a servidora Adriani Akemi Kokubo, portadora do RG nº 6.515.888-4 CPF nº 000.007.119-69, para participar de reunião com Deputados Federais e Senadores para tratar de recursos ao Município de Araucária, nos dias 07, 08 e 09 de maio de 2024 na cidade de Brasília-DF. II - Autorizar o empenho em nome da servidora no valor de R\$ 1.792,20 (Mil setecentos e noventa e dois reais e vinte Centavos), correspondente a 02 (duas) diárias, que deverá ser depositado no Banco do Brasil, agência: 1467-2, conta - corrente: 57407-4. Publique-se, Anote-se e Cumpra-se. Araucária, 18 de abril de 2024. Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.

PORTARIA Nº 96 /2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme a Resolução nº 50/2015 desta Casa de Leis e de acordo com o Processo Administrativo Digital nº, 61530/2024. RESOLVE I - Designar o Vereador Vagner José Chefer, portador do RG nº 1.111.018-84 CPF nº 094.695.659-67, para participar de reunião com Deputados Federais e Senadores para tratar de recursos ao Município de Araucária, nos dias 07, 08 e 09 de maio de

2024 na cidade de Brasília-DF. II-Autorizar o empenho em nome do Vereador no valor de R\$ 1.792,20 (Mil setecentos e noventa e dois reais e vinte Centavos), correspondente a 02 (duas) diárias, que deverá ser depositado no Banco do Brasil, agência: 1467-2, conta - salário: 61.486-6. Publique-se, Anote-se e Cumpra-se. Araucária, 18 de abril de 2024. Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.

PORTARIA Nº 97 /2024

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme a Resolução nº 50/2015 desta Casa de Leis e de acordo com o Processo Administrativo Digital nº 61539/2024. RESOLVE I - Designar a servidora Jessica Caroline dos Santos Schindler, portadora do RG: nº 1.353.670.8-7 CPF nº 102.678.809-95, para participar de reunião com Deputados Federais e Senadores para tratar de recursos ao Município de Araucária, nos dias 07, 08 e 09 de maio de 2024 na cidade de Brasília-DF. II-Autorizar o empenho em nome da servidora no valor de R\$ 1.792,20 (Mil setecentos e noventa e dois reais e vinte Centavos), correspondente a 02 (duas) diárias, que deverá ser depositado no Banco do Brasil, agência: 1467-2, conta - salário: 74.953-2. Publique-se, Anote-se e Cumpra-se. Araucária, 18 de abril de 2024. Ben Hur Custódio de Oliveira PRESIDENTE Irineu Cantador 1º SECRETÁRIO. Ricardo Teixeira de Oliveira 2º SECRETÁRIO.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 22/2024-PM**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2024-PM**EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI, CONFORME LEI COMPLEMENTAR 123/200**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO E FAIXAS EM LONA PARA SEREM UTILIZADAS NAS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08:00 horas do dia 23/04/2024.

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 07:59 horas do dia 29/04/2024.

INÍCIO DA FASE DE LANCES: 08:00 horas do dia 29/04/2024.

FIM DA FASE DE LANCES: 18:00 horas do dia 29/04/2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF).

LOCAL: <http://comprasnet.gov.br>

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço por lote.

Maiores Informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-feira, entre às 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone: (44) 3233-8422, no endereço eletrônico www.mandaguari.pr.gov.br, acessado no Portal da Transparência, ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 22 de abril de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICIDADE LEGAL

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI**
Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão Setor de Licitações**AVISO DE SUSPENSÃO**
PREGÃO ELETRÔNICO 35/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PODA, REMOÇÃO DE ÁRVORES COM SERVIÇO DE TRITURAÇÃO DE RESTOS VEGETAIS E DESBASTE DE TOCOS EM RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS, PARQUES E ESPAÇOS PÚBLICOS LOCALIZADOS EM TODA ÁREA URBANIZADA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR.

FICA SUSPENSÃO A ABERTURA DA PRESENTE LICITAÇÃO, para retificação do edital, solicitado pela Secretaria de Desenvolvimento, Meio Ambiente e Turismo.

Maiores Informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Mandaguari (provisoriamente localizada na FAFIMAN), no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, entre às 7h e 30min às 11h e 30 min e das 13h às 17h. Fone: (44) 3233-8422.

Mandaguari (PR), 22 de abril 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APª FURTADO
Prefeita Municipal

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI**
Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão Setor de Licitações**AVISO DE SUSPENSÃO**
PREGÃO ELETRÔNICO 27/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RASTREAMENTO DE VEÍCULOS PARA TODOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

FICA SUSPENSÃO A ABERTURA DA PRESENTE LICITAÇÃO, para retificação do edital, tendo em vista as razões de impugnação.

Maiores Informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Mandaguari (provisoriamente localizada na FAFIMAN), no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, entre às 7h e 30min às 11h e 30 min e das 13h às 17h. Fone: (44) 3233-8422.

Madaguari (PR), 22 de abril 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APª FURTADO
Prefeita Municipal

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS DIRETAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 18/2024
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

Objeto: contratação de empresa especializada na execução de serviços continuados de NUTRICIONISTA, FISIOTERAPEUTA, AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL e JORNALISTA, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados nas unidades administrativas da Capital, com o fornecimento de equipamentos para o Posto de FISIOTERAPEUTA

Data início acolhimento das propostas: 23/04/2024

Data abertura das propostas: 09/05/2024 às 13:00 h (horário de Brasília/DF)

Local de abertura: o recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras>, conforme datas e horários definidos acima.

A íntegra do edital e seus anexos estará à disposição das empresas interessadas nos endereços eletrônicos: <https://www.tjpr.jus.br/editais>, <https://www.gov.br/compras/> (UASG nº 926415) e no PNCP (Portal Nacional das Contratações Públicas) - <https://www.gov.br/pncp/>. Além disso, poderá ser solicitado através do endereço de e-mail licit@tjpr.jus.br. Informações complementares serão fornecidas pela Divisão de Licitações, na Rua Ivo Leão nº 651, através dos telefones (41) 3250-6541 e (41) 3250-6542 ou e-mail licit@tjpr.jus.br.

Curitiba, 22 de abril de 2024.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO
Secretário de Licitações, Contratos e Convênios

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI**
Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2024-PM**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2024-PM
AMPLA CONCORRÊNCIA COM COTA RESERVADA PARA ME/EPP/MEI
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 123/2006

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 09/05/2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 08h01min do dia 09/05/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 09/05/2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.bll.org.br

Sítio: www.mandaguari.pr.gov.br

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:

Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.

Telefone: (44) 3233-8440 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br

Mandaguari, 22 de abril de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APª FURTADO
PREFEITA MUNICIPAL

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI**
Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024-PM**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2024-PM
EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI CONFORME LEI COMPLEMENTAR 123/2006

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM CURSO EAD DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS DOS TRANSPORTES ESCOLARES.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 10/05/2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 10/05/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 10/05/2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.compras.gov.br

Sítio: www.mandaguari.pr.gov.br

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

INFORMAÇÕES: Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.

Telefone: (44) 3233-8440 ou pelo e-mail:

licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari, 22 de abril de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APª FURTADO
PREFEITA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE
ESTADO DO PARANÁ**AVISO DE LICITAÇÃO NOVA DATA**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2024

Objeto: Registro de Preços para a futura e eventual compra de materiais elétricos para promover a manutenção dos pontos de iluminação pública municipal, tanto da área urbana quanto da área rural de Campo do Tenente. Paraná., **Data de abertura e julgamento das propostas:** 07/5/2024, às 9h. O edital está disponível na página bllcompras.com e no site www.campodotenente.pr.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR - Fone: (41) 3628-1795, e-mail licitacaopr@gmail.com.

Campo do Tenente, 22 de abril de 2024.

Weverton Willian Vizentin- Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA – PARANÁ**AVISO DE LICITAÇÃO**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024

Objeto: Confecção e instalação de adesivos, banners, faixas, do tipo menor preço por item, através do sistema de registro de preços.

Data: 08 de maio de 2024 / Horário: 09h00min.

Plataforma ComprasNet

<http://www.comprasgovernamentais.gov.br> – UASG:987915 – N.º 90026

O edital poderá ser obtido na Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitações ou através do endereço eletrônico:

<https://telemacoborba.atende.net/#!/tipo/servico/valor/8/padroao/1/load/1>

Telêmaco Borba, 22 de abril de 2024.

Gleise Cristiane Kwas Lucio
Pregoeira

**MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**
Estado do Paraná – Palácio São José
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos**AVISO DE PREGÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024**
REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2024
PROCESSO Nº 12948/2024

OBJETO: Contratação de Empresa Produtora de Eventos para realização de Shows Artísticos a fim de suprir a demanda de apresentações constantes no Calendário Anual de Eventos do Município de Paranaguá, eventos promovidos ou apoiados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo pelo período de 12 (doze) meses e a realização do VII Festival de Música Livre. **I.D. 1043757**

TIPO: Menor Preço

DATA DA ABERTURA: 07/05/2024 – **HORÁRIO:** 09:00 horas

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.055.220,00 (Um milhão, cinquenta e cinco mil e duzentos e vinte reais).

ENDEREÇOS: www.paranagua.pr.gov.br (Portal da Transparência – Suprimentos – Compras - Licitações), www.licitacoes-e2.bb.com.br (Novo licitações-e) e www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais nºs 4319/2023 e 683/2018 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Júlia da Costa, nº 322 - Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo telefone nº (41) 3721-1810.

PARANAGUÁ, 18 DE ABRIL DE 2024.

LUCIANE CHIARELLI MAGALHÃES
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA
ESTADO DO PARANÁ**PREGÃO ELETRÔNICO 007/2024**

Objeto: Registro de Preços para fornecimento de Diesel S-10 direto na bomba da fornecedora.

As propostas e documentos poderão ser cadastradas a partir de 25/04/2024, com limite até 09/05/2024 as 08:15h.

Julgamento das Propostas: 09/05/2024 as 08:30h.

Portal de Licitações: www.comprasbr.com.br

Melhores informações, na sede da Prefeitura Municipal de Imbituva, sito à Rua Pref. José Buhner Jr., 462 ou pelo telefone (42) 3436-1233 – Setor de Licitação. (tiago@imbituva.pr.gov.br).

Imbituva/PR, 22 de Abril de 2024.

Celso Kubaski
Prefeito Municipal



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2023

Balanco Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

ATIVO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		
Numerário disponível (Nota 5.1)	5.201	1.401
Aplicações no mercado aberto (Nota 5.2)	-	-
Consumidores, Concessionários e Permissonários (Nota 5.3)	19.469	18.025
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.163	-
Serviços em curso (Nota 5.4)	1.581	1.047
Tributos compensáveis (Nota 5.5)	14.104	15.476
Almoxarifado operacional (Nota 5.6)	1.641	1.841
Despesas pagas antecipadamente (Nota 5.7)	2.807	2.805
Ativos regulatórios (Nota 5.8)	8.995	20.984
Outros ativos circulantes (Nota 5.9)	6.241	3.786
	61.202	65.365
NÃO CIRCULANTE		
Tributos compensáveis (Nota 5.10)	72.422	78.661
Investimentos temporários (Nota 5.11)	362	250
Depósitos judiciais	170	157
Ativo financeiro indenizável (Nota 5.12)	3.777	3.778
Outros ativos não circulantes	1	1
	76.732	82.847
Intangível em serviço (Nota 5.13)	52.614	50.520
Intangível em curso (Nota 5.13)	10.334	9.375
	62.948	59.895
TOTAL DO ATIVO	200.882	208.107

PASSIVO	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores (Nota 5.16)	9.716	14.193
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	10.787	13.850
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 5.18)	2.744	2.171
Tributos (Nota 5.19)	8.036	2.477
Provisão para litígios (Nota 5.20)	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	5.248	4.298
Encargos setoriais (Nota 5.21)	4.800	5.397
Passivos regulatórios (Nota 5.8)	17.341	4.766
Outros passivos circulantes (Nota 5.22)	2.270	1.613
	60.942	48.765
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	5.345	9.536
Outros Passivos não circulantes (Nota 5.8)	74.204	91.368
	79.549	100.904
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 5.23)	50.000	50.000
Reservas de Lucros	10.391	8.438
	60.391	58.438
TOTAL DO PASSIVO	200.882	208.107

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis societárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: Os instrumentos financeiros não-derivativos E os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas e de mensuração

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Societárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Contábeis Societárias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Societárias.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está na nota 5.12. **Valor justo de instrumentos financeiros** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perda esperadas

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração por meio de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular e parcelamentos, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

3.5. Normas e Interpretações Novas/Revisadas/Alteradas

Os principais normativos alterados, emitidos em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis, estão abaixo elencados:

Norma/revisada/alterada	Descrição da alteração/revisão	Início de vigência
IFRS 3/CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9/CPC 48: Instr. Financeiros	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IAS 39/CPC 38: Instr. Financeiros-Reconhecimento e Mensuração	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	1º de janeiro de 2020
IAS 8 CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que não entraram em vigor até a data da emissão das demonstrações da COCEL, estão descritas acima. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis:

4.1. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O

Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Receita Operacional (Nota 5.27)		
Fornecimento de Energia Elétrica	141.486	148.653
Disponibilização do Sistema de Distribuição	40.147	41.036
Ativos e Passivos Financeiros Regulatórios	(3.352)	(7.912)
Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	14.999	16.722
Outras Receitas	7.962	6.931
Receita de Construção	7.419	9.191
	208.661	214.621
Deduções da Receita Operacional (Nota 5.28)		
ICMS	(35.245)	(45.992)
Cofins / Pasep	(15.018)	(14.587)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(26.451)	(27.418)
TFSEE - Taxa de Fiscalização	(128)	(116)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(1.155)	(1.046)
Outros encargos	(653)	(5.619)
	(78.650)	(94.778)
Receita Operacional Líquida	130.011	119.843
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A" (Nota 5.29)		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(45.943)	(53.250)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(38.984)	(28.499)
	(84.927)	(81.749)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	45.084	38.094
Custos Gerenciáveis - Parcela "B" (Nota 5.30)		
Pessoal e Administradores	(20.507)	(19.736)
Material	(1.756)	(2.125)
Serviços de Terceiros	(8.469)	(8.137)
Depreciação e Amortização	(4.033)	(3.611)
Custo com Construção	(7.419)	(9.191)
Outras Despesas Operacionais	(1.364)	(1.991)
	(43.548)	(44.791)
Resultado da Atividade	1.536	(6.697)
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras	(7.490)	(7.756)
Receitas Financeiras	9.309	10.159
	1.819	2.403
Resultado Antes dos Impostos sobre o lucro	3.355	(4.294)
Imposto de Renda / Contribuição Social s/Lucro	(795)	-
Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	2.560	(4.294)
Participações nos Lucros	(606)	-
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	950	-
Lucro Líquido do Exercício	2.904	(4.294)
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$	5,81	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Descrição	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.000	3.549	9.183	-	62.731
Aumento do Capital Social	-	-	-	-	-
Prejuízo Líquido de Exercício	-	-	-	(4.294)	(4.294)
Destinação do Lucro proposta a AGO (nota 5.26)	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	(4.294)	4.294	-
JSCP (R\$ 2,00 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	50.000	3.549	4.889	-	58.437
Aumento do Capital Social	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	2.904	2.904
Destinação do Lucro proposta a AGO (nota 5.26)	-	145	-	(145)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	1.809	(1.809)	-
JSCP (R\$ 2,00 por lote de mil ações)	-	-	-	(950)	(950)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	50.000	3.694	6.698	-	60.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

*Valores expressos em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Companhia Campolarguense de Energia - Cocel, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de Economia Mista de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,61% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km². Até maio de 2019 a Cocel era suprida pela Companhia Paranaense de Energia - Copel, após esse período tornou-se agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CEE e atualmente possui seu portfólio de compra de energia composto pelas cotas compulsórias e contrato de aquisição de energia com a empresa Tradener Ltda.

2. Da Concessão

A Companhia Campolarguense de Energia - Cocel detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica - Aneel.

A Cocel assinou em 09/12/2015 o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998, prorrogando a vigência até 07/07/2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09/11/2015, com fundamento na Lei nº 12.783/2013, no Decreto nº 7.805/2012 e no Decreto nº 8.461, de 02/06/2015.

O contrato de concessão e seus aditivos encontram-se disponíveis, na página da ANEEL: <http://www.aneel.gov.br>

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis:

3.1. Declaração De conformidade

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2023

faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC47 – Contratos com Clientes, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

4.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.3. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos.

4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulares é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto.

4.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.7. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

4.8. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoques classificados no ativo circulante compreende o almoxarifado de manutenção de obras e administrativo. Estão registrados pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

4.9. Ativo indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para

quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição ("VNR") classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 12.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/ vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, essa a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produziu efeitos no exercício de 2016, não afetando o resultado de anos anteriores. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou de melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

4.10. Ativos intangíveis

Contratos de concessão

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.11. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

4.12. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.13. Demonstração de Resultados Abrangentes

A Coel não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

4.14. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho. Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

5. Notas Explicativas

ATIVO CIRCULANTE

5.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2023	2022
Caixa	5	5
Contas bancárias a vista	2.214	1.062
Numerários em trânsito	470	334
Total	2.689	1.401

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

5.2. Aplicações Financeiras

O ano de 2023 encerrou com o saldo de 2.511 aplicações financeiras em dezembro/2023.

5.3. Consumidores, Concessionários e Permissionários.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2023	2022
Fornecimento faturado	12.496	10.940
Fornecimento não faturado	7.221	7.197
Outras cobranças de consumidores	1.061	1.124
(-) Provisão p/Créditos de liquidação duvidosa – PCLD	(1.309)	(1.236)
Total	19.469	18.025

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldos vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
					2022
Consumidores					
Residencial	3.197	2.423	751	6.371	5.079
Industrial	1.534	581	220	2.335	2.377
Comercial	1.630	472	245	2.347	2.140
Rural	157	97	10	264	233
Poder Público	237	26	1	264	209
Iluminação Pública	382	-	-	382	378
Serviço Público	389	10	-	399	381
Serviço taxado e outras	287	369	305	961	1.143
Não faturado	7.221	-	-	7.221	7.197
Participação Financeira	134	-	-	134	68
Governo do Paraná – Luz Fraterna	100	-	-	100	56
Sub total	15.268	3.978	1.532	20.778	19.262
(-) Crédito Líq. Duvidosa	(1.309)	-	-	(1.309)	(1.236)
Total Consumidores	13.959	3.978	1.532	19.469	18.025

5.4. Serviços em Curso

Representados pelos custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo intangível ou para custo dos serviços prestado a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços – ODS.

	2023	2022
Serviços em redes elétricas	130	54
Programas de Eficiência Energética	55	13
Programas de Pesquisa & Desenvolvimento	1.124	766
Manutenção de Iluminação Pública	240	205
Outros ordens em curso	32	9
Total	1.581	1.047

5.5. Tributos compensáveis

	2023	2022
ICMS a compensar Curto Prazo	115	619
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	11	11
Contribuição Social s/Lucro Líquido – CSLL	8	13
Cofins/Pasep s/exclusão da base do ICMS	13.843	14.691
Outros	127	142
Total	14.104	15.476

5.6. Almoxarifado operacional

Corresponde aos materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.641, (R\$ 1.841 em 31 de dezembro de 2022), e não excedem ao valor de mercado.

5.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência no valor de R\$ 38.

Registrado o valor de R\$ 2.769 referente a honorários advocatícios relativos ao processo de recuperação da Cofins e do Pasep com a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo.

5.8. Ativos Regulatórios

Correspondem às variações positivas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

- Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA:** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;

- Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas; e

A partir da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 10/12/2014, a Coel aplicou a OCPC nº 08 a partir do exercício de 2014, com registros dos valores do ativo financeiro setorial em contrapartida à receita operacional.

Composição	CVA 2023		CVA 2022			
	Ativa	Passiva Líquida	Ativa	Passiva Líquida		
Custo de aquisição de energia	-	4.350 (4.350)	5.287	-	5.287	
Proinfra	22	140 (118)	618	3	615	
Conta de Desenv. Energético - CDE	171	-	171	2.980	17	2.963
Transporte de Energia Rede Básica	-	156 (156)	8	16	(8)	
Transporte de Energia Elétrica-Itaipu	613	-	613	206	103	103
Encargos de Serv.de Sistemas-ESS	1.300	30	1.270	1.997	540	1.457
Neutralidade Parcela A	262	305 (43)	771	-	771	
Sobrecontratação de Energia	1.317	443	874	-	-	
Diferimentos de Reposição Tarifária	5.310	1.435	3.875	9.117	4.087	5.030
Devoluções tarifárias	-	10.482 (10.482)	-	-	-	
Total	8.995	17.341 (8.346)	20.984	4.766	16.218	

Ativos e Passivos Regulatórios	Circulante		Não Circulante	
	2023	2022	2023	2022
Ativos				
Ativos regulatórios em recuperação	4.213	18.314	-	-
Ativos regulatórios em formação	4.782	2.670	-	-
Total do Ativo	8.995	20.984	-	-
Passivo				
Passivos regulatórios em recuperação	4.744	540	-	-
Passivos regulatórios em formação	12.567	4.226	-	-
Total do Passivo	17.341	4.766	-	-
Líquido	(8.346)	16.218	-	-

Os valores do item "Devoluções tarifárias" são referentes a créditos de Pis/Pasep/Cofins, que estão sendo devolvidos aos consumidores, decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo, conforme processo judicial nº 5007604-



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2023

60.2019.4.04.7000/PR, com trânsito em julgado em 20/09/2021. Em razão do trânsito em julgado da ação, por meio do Processo Administrativo de Habilitação do Crédito nº 19614.762583/2022-90 houve a habilitação no valor de R\$ 16.837 e por meio do Processo Administrativo de Habilitação do Crédito nº 19614.762584/2022-34 houve a habilitação no valor de R\$ 74.531 com atualização até junho/2022, totalizando o montante de R\$ 91.368.

Tais valores foram contabilizados no ativo em contrapartida do passivo circulante e não circulante, em razão de que no âmbito regulatório o tema foi motivo de intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL visto que a mesma considerou que os valores, resultado do sucesso da ação, devem ser devolvidos ao consumidor. Nesse sentido, em 27 de junho de 2022 foi sancionada a Lei 14.385/22 que alterou a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabeleceu a devolução dos referidos impostos aos consumidores.

5.9. Outros Ativos Circulantes

	2023	2022
Créditos a receber – empregados	148	188
Títulos de créditos a receber – Consumidores	493	513
Reembolsos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		
- Subsidio Água, Esgoto, Saneamento e Rural	3	28
- Subsidio Carga Fonte Incentivada – CL	3.249	925
- Subvenção CDE ref. tarifas reduzidas	382	810
- Bônus s/redução voluntária consumidor	-	254
- Subsidio SCEE (Geração distribuída)	407	-
- Subsídios Baixa Renda – Eletrobrás	264	217
Compartilhamento da infraestrutura a receber	1.181	749
Outros ativos a receber	114	102
Total	6.241	3.786

ATIVO NÃO CIRCULANTE

5.10. Tributos compensáveis

	2023	2022
ICMS a compensar	1.394	959
Cofins/Pasep a compensar	71.028	77.702
Total	72.422	78.661

5.11. Investimentos temporários

O valor de R\$ 195 mil refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado. Outros investimentos temporários somam R\$ 166 mil.

5.12. Ativos Financeiros – Indenizáveis (concessão)

Referem-se à parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCP 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

	2023	2022
Ativo financeiro	3.777	3.778
Total	3.777	3.778

5.13. Intangível

	2023		2022	
	Intangível	Ativo Financeiro	Líquido	Líquido
Intangível	228	(3)	225	296
Terrenos	1.220	(1.220)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias.	821	(132)	689	730
Máquinas e Equipamentos	61.461	(2.423)	59.038	55.855
Veículos	983	-	983	1.473
Móveis e Utensílios	324	-	324	371
(-) Obrigações especiais Vinculadas a Concessão	(8.645)	-	(8.645)	(8.205)
Total	56.392	(3.778)	52.614	50.520
Intangível em Curso	10.334	-	10.334	9.375
Total	66.726	(3.778)	62.948	59.895

A agência reguladora, ANEEL, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro). Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrada no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (de junho de 2008).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

	2023	2022
Em Serviço		
- Participação da União, Estados e Municípios	685	685
- Participação financeira do consumidor	6.877	6.056
- Universalização Serviço Público de Energia Elétrica	2.370	2.370
- Pesquisa e Desenvolvimento	572	572
- (-) Amortização Acumulada	(4.618)	(4.205)
- Em Curso	2.759	2.727
Total	8.645	8.205

5.14. Taxas de Depreciação

De acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registradas e controladas por Unidade de Cadastro - UC e que passaram a ser aplicadas a partir de janeiro de 2012 são as seguintes:

	2023	2022
Estrutura - Distribuição	3,57%	
Condutor - Distribuição	3,57%	
Luminária	4,55%	
Medidor	7,69%	
Transformador de Distribuição	4,0%	
Veículo	14,29%	
Equipamento Geral	6,25%	
Edificação	3,33%	

5.15. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição (inclusive comercialização) são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

PASSIVO CIRCULANTE

5.16. Fornecedores

	2023	2022
Energia Comprada p/ Revenda	6.572	8.142
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	1
Materiais, Serviços e Outros	3.144	6.050
Total	9.716	14.193

5.17. Empréstimos e Financiamentos e debêntures

	2023		2022	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Caixa Econômica Federal	2.368	3.779	6.051	1.147
Banco Sicoob	1.577	-	1.771	1.577
Banco Sicredi	4.601	-	3.991	4.605
Banco Santander	2.241	1.566	2.037	2.207
Total	10.787	5.345	13.850	9.536

- Caixa Econômica Federal: Juros: 167,32 do CDI; carência de 6 meses. Prazo total de 40 meses. Vencimento final: 15/01/2025;
- Banco Sicoob: Juros de 0,68% a.m. e 8,62% a.a. Prazo total de 36 meses. Vencimento final: 18/10/2024;
- Banco Sicredi: Juros de 1,56% a.m. e 20,41% a.a. Vencimento final: 28/12/2024;
- Banco Santander: juros de 1,26 a.m. e 16,21% a.a. Prazo total de 30 meses; Vencimento final: 13/01/2025;
- Banco Sicredi: Juros de 1,60% a.m. e 20,98% a.a. Prazo total de 24 meses. Vencimento final: 28/11/2024.

5.18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2023	2022
Saldo de Salários a Pagar	-	1
Provisão de férias	1.661	1.755
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	447	391
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	30	24
Participações nos lucros	606	-
Total	2.744	2.171

5.19. Tributos

	2023	2022
Tributos Federais	1.095	664
Tributos Estaduais	6.482	1.390
Contribuições Sociais	456	421
Tributos retidos na fonte	3	2
Total	8.036	2.477

Cofins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade e está sujeita as alíquotas de 7,60% e 1,65%

5.20. Provisão para litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, e análise das demandas judiciais, constitui provisões para 2023 consideradas como "prováveis".

Descrição	2023		2022	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui 70 processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como "possíveis" os valores somam aproximadamente R\$ 1.119.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por empregados e ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reequilíbrio, entre outros. Considerado como risco "possível" a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 594.

5.21. Encargos Setoriais

	2023	2022
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(7)	34
Ministério das Minas e Energia – MME	(4)	17
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	2.370	2.082
Programa de Eficiência Energética – PEE	1.935	1.382
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	282	167
Taxa de Fiscalização	11	10
Demais encargos setoriais – empréstimo Covid	213	1.705
Total	4.800	5.397

5.22. Outros passivos circulantes

	2023	2022
Consumidores	1.187	408
Taxa de Iluminação Pública	966	880
Taxa do Lixo	-	220
Outros credores	117	105
Total	2.270	1.613

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.23. Capital Social

	2023	2022
Prefeitura Municipal de Campo Largo	49.805	49.805
Demais Acionistas	195	195
Total	50.000	50.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2023	2022
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

5.24. Destinações do Lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social. A destinação dos resultados apurados nos exercícios está apresentada a seguir:

	2023	2022
Resultado do exercício Prejuízo	2.904	(4.294)
(-) Reserva legal 5%	(145)	-
Resultado a distribuir	2.759	(4.294)
Destinação dos resultados		
Juros sobre capital próprio	(950)	-
Reserva estatutária para investimento	(1.809)	-
	-	-

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP). A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 950, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual. Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas. A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

5.25. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	27/04/2023 a 26/04/2024	1.000
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2023 a 05/04/2024	3.000
Centro de treinamento	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2023 a 05/04/2024	200
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	14/06/2023 a 13/06/2024	V. Mercado
Seguro garantia	Inadimplência de pagamento	01/10/2023 a 15/02/2024	1.481
Seguro garantia	Inadimplência de pagamento	01/01/2024 a 31/12/2024	1.456
Seguro garantia	Inadimplência de pagamento	01/01/2024 a 18/03/2025	536

5.26. Instrumentos Financeiros

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não manteve operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira. Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

- Disponibilidades e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.
- Consumidores, Concessionários e Permissionários:** O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis pela sua natureza de curto prazo.
- Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como: a) Risco de crédito: são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente; b) Concentração de risco de créditos: como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

5.27. RECEITA OPERACIONAL

Fornecimento de Energia Elétrica e outros

Classes	Nº consumidores (valores não auditados)	Consumo em MWh (valores não auditados)		Valor – R\$ (mil)	
		2023	2022	2023	2022
Fornecimento faturado					
Residencial	51.836	50.081	103.899	94.605	72.914
Industrial	322	343	36.138	36.847	23.151
Comercial	3.467	3.746	39.621	39.256	28.214
Rural	1.651	1.700	6.611	6.369	4.325
Poder Público	367	320	4.004	3.672	2.898
Iluminação Pública	1	1	12.553	12.221	5.119
Serviço Público	65	64	7.655	7.074	4.841
Consumo Próprio	3	3	136	133	-
Total Energia faturada	57.712	56.258	210.617	200.177	141.462
Não faturado	-	-	-	-	24
Disponibilização do Sistema de Distribuição – Consum. Livres (nota 1)	29	21	139.547	147.211	40.147
Recicla de Construção	-	-	-	-	7.419
Doações, Contrib. Subvenções Vinculadas ao Serv. Concedido	-	-	-	-	14.999
Outras Receitas	-	-	-	-	7.962
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	(3.352)
Soma	29	21	139.547	147.211	67.199
TOTAL	57.741	56.279	350.164	347.388	208.661



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias de 2023

	2023	2022
Renda Prestação de Serviços – Compartilhamento de infraestrutura	5.233	4.380
Serviço Taxado	973	965
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	2.261	1.902
Ganhos na Alienação de bens e direitos	161	164
Outros	30	95
(-) Tributos s/outras Receitas – PIS/Pasep/Cofins	(696)	(575)
Total	7.962	6.931

5.28. Deduções da Receita Operacional

	2023	2022
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	26.450	27.418
Bandeiras tarifárias	-	2.649
Taxa de fiscalização	128	116
Programa de Pesquisa e Desenv. – P&D e Eficiência Energética - PEE	1.155	1.046
Encargo de Energia de Reserva – ESS/ERR	-	2.970
Outros encargos	654	5.619
Total	28.387	39.819

Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	2023	2022
Programa de Eficiência Energética – PEE	463	418
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	115	105
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	231	209
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	231	209
Ministério de Minas e Energia - MME	115	105
Total	1.155	1.046

Os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética (PEE) são programas de investimentos nos quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentações nas Resoluções ANEEL nº 300/2008 e 316/2008.

PROCEL

A Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016, alterou a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética. Segundo a Lei nº 13.280/2016, 20% dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, e ratificado pelo Decreto de 18 de julho de 1991. A Resolução Normativa ANEEL nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Sub módulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL. Os valores foram provisionados no Passivo Circulante e aguardamos a aprovação do terceiro Plano de Aplicação de Recursos pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE, presidido pelo MME, para que possamos providenciar o recolhimento.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.
Administradores e Acionistas da
COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
Campo Largo – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo as práticas contábeis do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós auditadas que emitimos o relatório datado de 31 de março de 2023, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

5.29. Custos com energia elétrica comprada para revenda

	Em MWh (valores não auditados)		Em R\$ (mil)	
	2023	2022	2023	2022
Compra de Energia – Leilão	235.216	222.230	43.638	52.023
Encargos do Uso da Rede Elétrica	-	-	37.468	31.404
PROINFA	-	-	4.059	4.765
Micro geração – baixa tensão	5.974	3.673	2.937	1.887
Encargo de Energia de Reserva – ESS/ERR	-	-	5.264	-
Crédito COFINS / PASEP/PIS	-	-	(8.439)	(8.330)
Total	241.190	225.903	84.927	81.749

5.30. Despesas Operacionais – Custos gerenciáveis

Naturezas	2023	2022
Pessoal	18.397	17.780
Administradores	2.110	1.956
Material	1.756	2.125
Serviço de terceiros	8.469	8.137
Arrendamento e alugueis	319	271
Seguros	60	52
Doações, contribuições e subvenções.	3	81
Provisões	72	124
(-) Recuperação de despesas	(222)	(374)
Tributos	133	80
Depreciação/Amortização	4.033	3.611
Custo com construção	7.419	9.191
Gastos diversos	999	1.757
Total	43.548	44.791

6. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2023 no valor de R\$ 605.993,27.

7. Ajuste a Valor Presente

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia analisa suas contas de ativos e passivos que serão sujeitas a liquidação financeira frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazo de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta da desvalorização no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante efetua-se a redução contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho financeiro de acordo com a fruição do tempo.

8. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente às atividades de distribuição de energia elétrica, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o Município de Campo Largo e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

9. Eventos Subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à

data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial e financeira, ou que possam provocar efeitos sobre os resultados das operações da Entidade.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2023.

José Arlindo Lemos Chemin Diretor Presidente
Carlos Conrado Krzyzanovski Diretor Técnico
Pedro Luiz Durigan Diretor Econômico/Financeiro
Nelson Chagas Diretor Administrativo
Luciano Marcos Klos Contador CRC/PR 027.658/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2023, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 29 de abril de 2024.

Bárbara Lunardon Presidente
Marina Pusck de Oliveira Conselheira
Andre Schmidt Leon Bordes Conselheiro
Bianca Moraes Coelho Conselheira
Leandro Borges de Carvalho Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 29 de abril de 2024.

Ivo Cezario Gobatto de Carvalho Presidente
Rosângela Leandro Pelizzari Maneti Conselheira
José Peterson Vidal Conselheiro
Paulo Henrique Bianco Conselheiro
Alexandre Luis Seguro Conselheiro
Carlos Alberto de Brito Junior Conselheiro
Patricia Soares Rinaldin Conselheira
Cassiel Muiniki Conselheira

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditorias obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtida até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba Pr, 12 de abril de 2024.

Bazzaneze Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM Nº 519/3

Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI Nº 5344

Karini Letícia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI Nº 6254

Edição impressa

ML PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ: n.º 11.165.218/0001-12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
 A Administração da ML Participações S/A., CNPJ n.º 11.165.218/0001-12, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.S.ªs as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Finalizando, agradecemos a confiança e o apoio dos Senhores Acionistas, bem como a dedicação e o empenho de todos, colocando-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.
 Curitiba/PR, 25 de março de 2024.

DIRETORIA

MANOEL SEBASTIÃO PASSAÚRA LEONILDA VIEIRA PASSAÚRA
 Diretor Presidente Diretor sem Designação Especial
 CRISTIANE VERNIZE GODKE - Contadora - CRC-PR 046.136/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022. (Em milhares de reais – R\$)

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros à Disposição dos Acionistas	Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 31/12/2021	17.776	1.652	2.444	3.672	(7.344)	18.200
Resultado da Incorporação - 08/04/2022	-	-	-	-	(535)	(535)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	29.225	29.225
Constituição de Reserva Legal	-	1.067	-	-	(1.067)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa	-	-	-	(971)	-	(971)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	20.279	-	(20.279)	-
Dividendos Distribuídos	-	-	(22.723)	-	-	(22.723)
SALDO EM 31/12/2022	17.776	2.719	-	2.701	-	23.196
Resultado do Exercício	-	-	-	-	1.910	1.910
Constituição de Reserva Legal	-	96	-	-	(96)	-
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	1.814	-	(1.814)	-
Dividendos Distribuídos	-	-	(1.814)	-	-	(1.814)
SALDO EM 31/12/2023	17.776	2.815	-	2.701	-	23.292

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS
 A Sociedade tem por objetivo a participação no capital de outras Sociedades como acionistas ou quotistas, gestão e administração da propriedade imobiliária, aluguel, compra e venda de imóveis próprios.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
 As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão de finidas abaixo:

a) Base de Preparação
 As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, Lei nº. 6.404/76, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Em especial, as Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com a NBC TG 1000 (R1), Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

b) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes
 No Balanço Patrimonial, direitos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização até o término do exercício seguinte, são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização após o término do exercício seguinte são classificados como itens não circulantes.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa
 Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Investimentos
 Os Investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e investimentos em imóveis, conforme divulgados na Nota Explicativa nº. "4".

e) Imobilizado
 O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados quando aplicáveis, conforme divulgados na Nota Explicativa nº. "5".

f) Demais Ativos e Passivos
 Os Demais Ativos e Passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável em data "pro-rata die".

g) Auração do Resultado e Reconhecimento da Receita
 O resultado é apurado pelo regime de competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos Circulantes estão reconhecidos no resultado.

3. PARTES RELACIONADAS
 No curso habitual das atividades e em condições de negociação são mantidos pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como contas a receber de mercadorias comerciais e contratos de mútuo entre as partes. O demonstrativo abaixo apresenta discriminado por modalidade, tais operações com estas partes relacionadas.

Os saldos estão assim compostos:

	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	2023	2022
Contas Correntes - Partes Relacionadas	5.399	7.445
Mútuos - Partes Relacionadas	362	362
Total do Ativo	5.761	7.807
PASSIVO CIRCULANTE	2023	2022
Dividendos a Pagar	(1.814)	(4.700)
Total do Passivo	(1.814)	(4.700)
Valores Líquidos entre Ativos e Passivos	3.947	3.107

4. INVESTIMENTOS
 Os investimentos estão assim compostos:

	2023	2022
Investimentos em Imóveis	6.112	6.112
Investimentos em Participação Societária	14.480	13.219
Total	20.592	19.331

Os investimentos influentes e relevantes para as investidas Passaúra & Fernandes Agronegócios S/A., Irmãos Passaúra Locações S/A. e Irmãos Passaúra S/A., avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 14.480 mil estão demonstrados conforme segue:

	2023	2022
Imobilizado	751	751
Depreciação	(18)	(18)
Custo	85	(85)
Veículos	751	(37)
Total	751	(37)

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social
 O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 17.776 (Dezessete milhões e setecentos e setenta e seis mil reais), representado por 17.776 (dezesete milhões e setecentos e setenta e seis mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no país.

b) Reservas
Reserva Legal
 A Reserva Legal é calculada na base de 5% do Lucro Líquido do Exercício, antes de qualquer destinação e não excederá a 20% do Capital Social, nos termos da Lei nº. 6.404/76.

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial em Controlada
 Os Ajustes de Avaliação Patrimonial em Controlada estão sendo realizados em contrapartida da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, na proporção da depreciação dos bens avaliados nas controladas.
 Curitiba (PR), 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

MANOEL SEBASTIÃO PASSAÚRA LEONILDA VIEIRA PASSAÚRA
 Diretor Presidente Diretor sem Designação Especial
 CPF: 244.236.296-15 CPF: 584.677.939-53

CRISTIANE VERNIZE GODKE
 Contadora
 CRC-PR 046.136/O-6
 CPF: 872.904.569-04

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
ATIVO	2023	2022
CIRCULANTE	2023	2022
Caixa e Equivalente de Caixa	15	96
Tributos a Recuperar	6	3
Clientes a Receber	-	4.086
Adiantamentos a Fornecedores	79	-
Adiantamentos para Acionistas	515	-
Despesas do Exercício Seguinte	3	7
Partes Relacionadas	3	3
NÃO CIRCULANTE	2023	2022
Investimentos	4	20.592
Imobilizado	5	714
Total do Ativo	27.685	31.348
PASSIVO	2023	2022
CIRCULANTE	2023	2022
Fornecedores	291	19
Obrigações Tributárias	3	-
Partes Relacionadas	3	1.814
NÃO CIRCULANTE	2023	2022
Provisão para Perdas em Investimentos	4	2.285
Patrimônio Líquido	2023	2022
Capital Realizado	6a	17.776
Reserva Legal	6b	2.815
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	6c	2.701
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	27.685	31.348

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.910	29.225
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa	-	(971)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	1.910	28.254

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	21.000	21.000
DEDUÇÕES DA RECEITA	-	(767)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20.233	20.233
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS	(315)	(635)
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS	2.187	10.244
Despesas Gerais e Administrativas	(92)	(701)
Despesas Tributárias	(33)	(32)
Resultado de Avaliação de Investimentos	2.312	10.977
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.872	29.842
Resultado Financeiro Líquido	50	38
LUCRO ANTES DO IRPJ E CSLL (-) IRPJ e CSLL	1.922	29.880
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.910	29.225

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	1.922	29.880
Resultado Antes do IRPJ e CSLL	1.922	29.880
Ajustes para Conciliar o Lucro às Disponibilidades:	-	-
Depreciação	8	7
Resultado da Incorporação - 08/04/2022	-	(535)
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa	-	(971)
Resultado da Avaliação de Investimentos	(2.312)	(10.977)
Resultado Ajustado	(382)	17.404
IRPJ e CSLL Devidos	(12)	(655)
Variações nos Ativos e Passivos	4.086	(2.586)
Clientes a Receber	-	4
Despesas do Exercício Seguinte	-	(5)
Tributos a Recuperar	-	(2)
Adiantamentos para Acionistas	(515)	136
Adiantamentos a Fornecedores	(79)	-
Fornecedores a Pagar	272	8
Obrigações Fiscais	3	-
Disponibilidades Geradas nas Atividades Operacionais	3.374	14.300
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(704)	635
Imobilizado	2.046	(5.392)
Partes Relacionadas	-	8.758
Investimentos	(971)	-
Disponibilidades Geradas nas Atividades de Investimentos	1.245	4.001
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	(4.700)	(18.206)
Dividendos Pagos	-	-
Disponibilidades Consumidas nas Atividades de Financiamentos	(4.700)	(18.206)
Disponibilidades Totais Líquidas das Atividades	(81)	95

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES

	2023	2022
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	96	1
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	15	96
Aumento / Redução nas Disponibilidades	(81)	95

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa viável para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis
 Nossa obrigação sob o ponto de vista de segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir Relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individual-

Aos Administradores e Acionistas da
ML PARTICIPAÇÕES S/A.
 Curitiba/PR

Opinião com Ressalva
 Examinamos as Demonstrações Contábeis da ML PARTICIPAÇÕES S/A., que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos resultados abrangentes para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ML PARTICIPAÇÕES S/A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva
 A ML PARTICIPAÇÕES S/A. não realizou o teste de recuperabilidade previsto na NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, não sendo possível mensurar o valor de eventuais efeitos nas Demonstrações Contábeis.

Decorrente de eventual efeito, por equivalência patrimonial reflexa, dos investimentos mantidos nas investidas mencionadas na Nota Explicativa nº. 4, de aspectos constantes nas opiniões modificadas emitidas para suas Investidas: Passaúra & Fernandes Agronegócios S/A. e Irmãos Passaúra S.A.:

a) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos: as Sociedades Passaúra & Fernandes Agronegócios S/A. e Irmãos Passaúra S.A. não realizaram o teste de recuperabilidade previsto na NBC TG nº 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, não sendo possível mensurar o valor de eventuais efeitos nas Demonstrações Contábeis da Investidora;

b) Não foi realizado o inventário físico integral dos estoques na Investida Irmãos Passaúra S.A.;

c) As provisões para contingências estão subavaliadas em R\$ 1.036 mil na Investida Irmãos Passaúra S.A.

A auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis".

Somos independentes em relação à ML PARTICIPAÇÕES S/A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor
 A Administração da Empresa é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressa qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. No entanto, não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis
 A Administração da ML PARTICIPAÇÕES S/A. é responsável pela elaboração das Demonstrações Contábeis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa viável para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis
 Nossa obrigação sob o ponto de vista de segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir Relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individual-

BEM PARANÁ

Casos de câncer entre homens avançam 67% em nove anos no PR

Nesse mesmo período, câncer feminino teve alta de 37%. Dados são do Ministério da Saúde.

Quase metade dos curitibanos diz o Ministério da Saúde

Informação vai bem.

bemparana.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2024

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais de consumo e permanentes que serão destinados ao Lar dos Idosos São Vicente de Paula

PREÇO MÁXIMO ADMITIDO: R\$ 23.404,99 (Vinte e três mil, quatrocentos e nove reais e noventa e nove centavos).

DATA: 09 de maio de 2024 às 08:30 hrs, plataforma: www.comprasgovernamentais.gov.br.

INFORMAÇÕES: O edital poderá ser obtido no site www.prudentopolis.pr.gov.br e na plataforma www.comprasgovernamentais.gov.br, e demais informações no telefone 0800 808 0130.

Caroline Portela
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA –
PARANÁAVISO DE LICITAÇÃO
CONCURSO Nº 01/2024 RETIFICADO

A Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Recreação, torna pública a presente **Retificação do Edital de Premiação dos vencedores do Festival Gomarábica, através da modalidade Concurso Presencial, do tipo Melhor Conteúdo Artístico.**

Maiores informações no site:

<http://www.telemacoborba.pr.gov.br/servicos/licitacao/concursos.html>

O edital poderá ser obtido na Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitações ou através do endereço eletrônico:

<https://telemacoborba.atende.net/#!/tipo/servico/valor/8/padrão/1/load/1>

Telêmaco Borba, 19 de Abril de 2024.

Denise Apª. Mendes Maciel
Agente de Contratação

MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 014/2024
O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, na Sala da Divisão de Licitações, sito no Centro Cívico nº 100, Cianorte, Paraná, PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, com o seguinte objeto: **Contratação de empresa para prestação de serviços de decoração e ornamentação de eventos da Secretaria Municipal de Cultura e para decoração interna natalina do Paço Municipal.** Credenciamento até as 08h30min do dia 16 de Maio de 2024 através do site www.licitacoes.caixa.gov.br; o recebimento das propostas até as 9hrs do dia 16 de Maio de 2024; início da sessão às 9hrs do dia 16 de Maio de 2024; oferecimento de lances a partir das 09h30 do dia 16 de Maio de 2024. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelo site <http://ip.cianorte.pr.gov.br:8082/portaltransparencia/licitacoes>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro. Fone: (44) 3619-6332 ou (44) 3619-6209. Cianorte, em 22 de Abril de 2024.

Gilberto Yoshio Matuo
Chefe da Divisão de Licitação

Reservas: (41) 3350-6620



**OS INVESTIDORES
ESTÃO DE OLHO
NOS SEUS GASTOS.
ATÉ MESMO O GASTO
COM ESTE ANUNCIO.**

- melhor custo/benefício
- busca/entrega do material
- produção da arte do material

**BEM
PARANÁ**

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do BEMPARANÁ.

Acesse também pelo link: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>

